

Bacha defende uma reforma fiscal

por Vera Sadvedra Durão

10 JUL 1991

O governo brasileiro tem condições de acertar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) capaz de permitir ao País estabilizar-se e voltar a crescer, sem implicar adoção de medidas amargas capazes de aprofundar o processo recessivo. A avaliação é do economista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Edmar Bacha, para quem um "reordenamento econômico" da economia nacional passará necessariamente por um ajuste fiscal permanente, sem o qual não haverá perspectivas de se ter um crescimento sustentado, sem inflação. Bacha defende a adoção de uma reforma fiscal pela atual equipe econômica, a começar ainda este ano, prevendo que até setembro deverá ser apresentado à sociedade um plano de medidas amplas, visando dar início a esta reforma, tanto do lado da receita quanto dos gastos públicos.

O economista, conhecido atualmente como um assessor informal do ministro da Economia, Marcellio Marques Moreira, defende a curto prazo a adoção de uma reforma fiscal capaz de, em primeiro lugar, re-

duzir alíquotas e aumentar a base de arrecadação dos tributos. Na sua análise política de ajuste fiscal, podem reduzir os gastos do governo e devolver-lhe a credibilidade, tais como: redução do número de empregados no setor público em oposição a um arrocho salarial dos funcionários federais; consolidação no longo prazo da dívida pública interna via mobilização de ativos para sua redução, como é o caso da privatização, em vez de atrasar os pagamentos a fornecedores e a bancos credores; limitar o acesso às aposentadorias por tempo de serviço e introduzir um sistema por idade, para "regimes especiais" que proliferam dentro do setor público.

Bacha acha que estes exemplos de medidas de ajuste fiscal permanente terão um efeito mais poderoso de redução do déficit público do que o corte nas verbas destinadas a investimentos produtivos, por exemplo. No seu entender, com elas poderia evitar-se o que acha de "medidas danosas" para o funcionamento do governo, como o atraso do pagamento a fornecedores, "que corroem a confiança oficial". Outra variante de política fiscal, surgida pelo ex-ministro Simonsen, é indicada por Bacha como importante: o

governo não cobrar impostos sobre juros, não permitindo assim que as empresas deduzam juros como custos em seus balanços. "Os bancos pagariam impostos sobre seus próprios lucros, ou seja, sobre a diferença entre os juros recebidos e os cobrados", destacou o professor da PUC-RJ.

A manutenção de uma política monetária com juros positivos, vista por Bacha como "pertinente" por sinalizar escassez de capital, passa também pelo ajuste fiscal. O economista indica um "calcanhar-de-Aquiles" na orientação atual do Banco Central: sua complacência com os bancos estaduais, a seu ver fontes de graves problemas para o governo federal. "O Banco Central não tem de financiar indiretamente os governos estaduais", destaca Bacha. A seu ver, não há razão para os estados terem, de certa forma, o poder de emissão de moeda, e sugere que o governo construa "barreiras intransponíveis entre os bancos estaduais e o Banco Central". No âmbito da dívida externa, o professor da PUC-RJ indica como saída o Plano Brady, para dar um "alívio" às contas externas do País e reintroduzi-lo na comunidade financeira internacional.